Eu fico bastante insatisfeito com esse governo do estado de São Paulo, que é um Governo que há muitos anos e cada vez mais vem pisando na cabeça das pessoas que trabalham, que são os funcionários públicos e a população do nosso estado. Eu fico indignado. Sou contra a questão de qualquer empréstimo, porque vai se pegar recurso e não se vai fazer nada, como aconteceu em outros casos. Se fizer, vai fazer para a corrupção. Só isso que eles sabem fazer, esquema de corrupção no nosso estado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins, pelo tempo regimental.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, aqueles que nos acompanham pelo Serviço de Som, das salas, e aqueles que nos acompanham das galerias, nós falamos contra esse empréstimo, porque é um empréstimo que não tem limite. Não realizam as obras e depois pedem para aprovar projeto de rolamento para emprestar de novo. A mesma obra, o mesmo recurso para a obra que não foi feita. Essa é a prática do Governo do Estado de São Paulo, do Alckmin, do PSDB.

Gostaria de fazer um registro, porque o telespectador também está acompanhando. Hoje o presidente regional do PSDB assumiu a tribuna para denegrir o PT, para falar do PT, e queria que nós, que estávamos sendo agredidos, que eu sou do PT, ficássemos aqui para ouvi-lo. Decidimos sair e ele ficou bravo. Saiu xingando. Depois de agredir o PT, reclamou porque não ficamos ouvindo. Ele deveria ter chamado seus colegas do seu partido, do PSDB. Mas nem os colegas de seu partido têm paciência para ouvi-lo. A agressão foi tão grande, que nós não tivemos paciência para continuar ouvindo. Pedimos verificação de presença para que os deputados do seu partido viessem aqui ouvi-lo. Não cometemos nenhum absurdo. Pura e simplesmente deixamos de ouvir as agressões do presidente regional do PSDB.

Gostaria também de fazer outro registro. É comum os deputados da base do Governo, quando nós começamos a falar, pedirem tempo para apartear-nos. Gostaria já de antecipar que, durante meu tempo, não darei aparte para deputados. São espertos. Não se inscrevem para falar. Todos são espertos, querem usar nosso tempo para falar contra nossos interesses, contra os interesses do povo e contra aquilo que estamos fazendo. Se eu não usar todo o tempo a mim reservado, vou oferecê-lo para colegas do meu partido, para falarem contra um Governo incompetente, incapaz, que não cumpre com suas obrigações.

A violência que se expandiu pelo Brasil, começou aqui em São Paulo. O PCC aqui foi criado, e agora está no Brasil todo. A incompetência levou a insegurança para o País inteiro. Além disso, eles estão a serviço do golpista: "O povo contra o predador". Esse predador está agora seguindo orientações internacionais; são os americanos intervindo no Brasil, em todas as áreas, pedindo para que se reduzam os gastos com Saúde, Educação, para aumentar o PIB, para sobrar recursos para as empresas, para o grande capital e recursos para o exterior. O predador, Temer, está a serviço do capital e da sujeira contra o povo, contra os trabalhadores, contra os direitos da Previdência, a favor da reforma trabalhista. E o PSDB ajuda a mantê-lo lá. E há outro querendo ocupar o lugar dele, mas ele está dizendo que quer ser candidato. Ele não foi votado, e 30% apenas da população o apoia - agora deve ter diminuído -, mas a mídia já começou a dizer que ele parou de perder apoio da população. A grande mídia golpista se enriqueceu com esse golpe e com o outro golpe em andamento.

Estão observando: "Será que nesse governo do estado de São Paulo, depois das denúncias e da propina, dá para acreditar? Será que nós não temos que pegar o predador, para ver se ainda não dá para aproveitá-lo?". Ele é sujeito a prestar ao capital tudo aquilo que ele manda, tudo que o poder econômico pede. Ele faz tudo. Tira do povo até o direito de comer, além do desemprego, além da oportunidade de todos os cantos. Esses são apoiados pelos tucanos, pelo PSDB, aqui, de São Paulo.

Vou aproveitando a oportunidade. Nós estivemos aqui e isso parece uma coisa pequena, mas nós gostaríamos de ouvir. Eu tenho um projeto, vetado pelo governador, determinando que os postos de combustíveis respeitem o gatilho da bomba. Ao abastecer o veículo, não se permitiria que se abastecesse além do gatilho. O gatilho daria um sinalzinho: "Não se abasteça".

Percebi, na Comissão de Saúde, que os deputados representantes do Governo pediam vista do requerimento que solicitava a vinda da técnica da Secretaria da Saúde. Não é de fora. A secretária da Saúde da Anvisa poderia falar do trabalho que realiza no estado quanto a esse produto cancerígeno que é o benzeno. Está na bomba de gasolina, no combustível.

Houve um preconceito. Uma deputada entre os tucanos disse o seguinte: "Vossa Excelência está interessado? Por que não faz um pedido por escrito para que a secretária responda por escrito e pronto? Está resolvido o problema". Era como se o problema fosse meu.

Porém, eu queria que os deputados da Comissão de Saúde tomassem conhecimento da gravidade da contaminação do estado de São Paulo: 64% das cidades do estado de São Paulo estão contaminadas com benzeno. Estão contaminados 4.137 postos de combustível. A população está sendo contaminada. Os frentistas estão doentes, porque são contaminados por esse produto que sai do combustível.

Uma coisa tão simples como essa a técnica da secretaria da Saúde não podia vir aqui falar na Comissão de Saúde. Então, tivemos que fazer uma convocação em um momento em que o presidente não estava presente. Com outro deputado conduzindo a reunião, nós conseguimos aprovar uma convocação.

Ela veio aqui espontaneamente. Estava disposta a vir. O que acontece é que o Governo do Estado não permitia que ela viesse falar na Assembleia, na Comissão de Saúde. Não é uma invenção ou uma pessoa de fora para falar na Comissão de Saúde. Não é coisa que eu inventei, da cabeça. Foi aprovado na comissão o convite - e negado pelo Governo do Estado. Vejam, que absurdo!

Essa técnica veio trazer informações desta importância: mais de 64% das cidades estão contaminadas. Quem dá essa informação é a Cetesb, que também é do estado. Esse é o absurdo que acontece aqui.

Querem empréstimo para permitir que a população continue sendo contaminada e que a Saúde continue como está, aumentando a quantidade de pessoas com câncer. A Sabesp está aqui, ela é cheia de tubos de amianto. A perda de água na Sabesp é de 35por cento. Falta água nas casas em várias cidades de São Paulo e na região metropolitana. Falta água nas casas! É comum faltar água à noite e só voltar no outro dia. Nos lugares mais altos, vai chegar só à tarde ou à noite, no outro dia.

A tubulação de água é uma tubulação de amianto, que é cancerígeno e está proibido no país por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Está proibido por uma decisão desta própria Assembleia, de minha autoria, que proíbe o uso e a venda desse produto aqui no estado de São Paulo. Agora, é no país inteiro e a Sabesp não troca a sua tubulação. As perdas de água, todo mundo vê pelas calçadas, jorrando pelos ares afora.

Esse é o Governo do Estado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Me daria um aparte, deputado Marcos Martins?

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Vossa Excelência me desculpe, mas tomamos uma decisão de que os deputados que vão usar a palavra, se inscrevam e usem o tempo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Está no Regimento? Nós quem? A bancada?

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Não está. Não existe obrigação de ceder a palavra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas o senhor falou: "Nós tomamos a deliberação" Quem são "nós"?

O SR. MARCOS MARTINS - PT - O Partido dos Trabalhadores. É livre e legítimo não ouvir aqueles que vêm aqui falar contra o que nós estamos falando.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Hitler pensava assim também.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Se inscreva e fala, é simples! É só se inscrever e falar, não tem problema. Sei que não gostam de nos ouvir porque falamos coisas que não são agradáveis. Não adianta o presidente regional do PSDB vir aqui e querer que ouçamos, querer obrigar os deputados da oposição a ouvirem, serem agredidos, xingados e falar um monte de besteira. Isso é um absurdo que não vamos aceitar! Agora vem pedir a palavra para falar contra o que nós estamos falando? Não.

Se inscreva, use o seu tempo regimental e fale. Mas não venha mais usar o nosso tempo, que é utilizado para mostrar a realidade do estado de São Paulo, que não é outro país. De vez em quando, através da mídia, o que falam do estado de São Paulo é: "O estado de São Paulo é melhor." É como se fosse outro país, e não falam a realidade de corrupção e propinas desse quadro dramático que estamos vivendo.

Para concluir, quero dizer que não podemos apoiar esse empréstimo, porque esse empréstimo já foi feito e não foi cumprido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco, pelo tempo regimental.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, estou sendo procurado por deputados que estão preocupados com os seus projetos, que eles querem ver aprovados. Chama-me a atenção, o tempo. O tempo tem asas. Se a bancada petista, com todo esse entusiasmo do deputado Marcos Martins - que agora toma uma água para se refrescar -, quiser manter essa discussão, Sr. Presidente, corremos dois riscos.

Não venha, o deputado Enio Tatto, falar nada comigo. Sargento Enio Tatto. Corremos dois riscos. O primeiro: é o de não aprovar nenhum projeto de deputado, de não termos tempo hábil. O segundo: a maior conquista desta Casa em 40 anos, o Orçamento Impositivo, o primeiro em todos os estados, corre o risco de não ser aplicado se não votarmos o Orçamento.

A quem vai favorecer o Orçamento Impositivo? A chamada oposição. Eles é que vão receber a mesma coisa que reclamam que não recebem. Eu tenho uma opinião contrária sobre se a bancada petista recebe ou não recebe, mas não vou entrar nesse detalhe, pois acho que não posso. Se eu tivesse tempo, Sr. Presidente, eu iria detalhar todas as conquistas petistas relativas a orçamentos anteriores.

Sr. Presidente, indago a V. Exa.: quem vai assumir a responsabilidade caso não votemos os projetos dos Srs. Deputados? Quem vai assumir a responsabilidade caso, por uma questão pequenininha, política, nós possamos perder a maior conquista da Assembleia em 40 anos, que é o Orçamento Impositivo? Quem vai assumir a responsabilidade?

A bancada do PT é a única que está trabalhando contra o relógio. Portanto, Sr. Presidente, indago se temos condições temporais de votar esses projetos hoje. Temos condições temporais de votar o Orçamento hoje, ou vamos deixar para depois do Natal, quando não se sabe o que vai acontecer?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, com todo o respeito que tenho a V. Exa., a bancada do Partido dos Trabalhadores está cumprindo o papel dela de oposição. Acho que a responsabilidade não é da bancada do Partido dos Trabalhadores, muito menos de cada um dos deputados, que têm o seu direito constitucional inclusive de ser oposição.

Acho que essa discussão é da própria Assembleia Legislativa. Não temos problema nenhum inclusive em vir amanhã, dia 26, 27, 28, 29 e 30 para poder concluir o nosso processo e a nossa obrigação constitucional. Não tenho procuração para defender qualquer bancada de oposição, mas, na verdade, temos que ser claros em relação a isso.

Em que pese a segunda pergunta que V. Exa. fez, temos tempo ainda para conseguir buscar um bom entendimento de conclusão do ano, votando todos os projetos que são importantes para o estado de São Paulo e para cada um dos deputados.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, V. Exa. fica vermelho, da cor do PT, quando fala essas coisas. Como estou em uma fase boa com V. Exa., não vou dizer mais nada, porque não quero ser movido de novo pela emoção, mas V. Exa. ficou vermelhinho, da cor da bancada do PT, ao dizer essas coisas maravilhosas sobre a democracia e sobre a bancada do PT.

Deputado Enio Tatto, por favor, cumprimente o Sr. Presidente sobre essa manifestação de amor, de carinho, de afeto e de ternura pela bancada petista.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, em que pese a divergência ideológica que eu posso ter em relação à bancada do Partido dos Trabalhadores, eu tenho profundo respeito por todos os deputados do PT que estão nesta Casa.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, a respeito do que o nobre deputado Campos "Alckmin" Machado colocou aqui para nós, quero dizer que esse tipo de intervenção não pega mais. Quem está nos assistindo sabe que nós estamos em uma sessão extraordinária discutindo empréstimo.

Há uma segunda sessão extraordinária que pode ser convocada - e com certeza será - pelo nosso Presidente Cauê Macris, na qual podem ser pautados todos os projetos de deputados para serem votados. Isso é tranquilo na segunda extraordinária. Agora, se o governo, por meio do seu líder, pedir para que convoquem a segunda extraordinária para dar continuidade à discussão do empréstimo, obviamente que não haverá espaço para votar os projetos dos deputados; vamos deixar bem claro isso. Se houve acordo no Colégio de Líderes, se todos os deputados querem ver o seu projeto aprovado, basta que o presidente convoque a segunda sessão extraordinária com itens de projetos de deputados. Outro detalhe que o deputado Campos "Alckmin" Machado colocou é a respeito do Orçamento Impositivo com a aprovação do Orçamento. Já foi aprovada a PEC. Se o Orçamento não for aprovado agora ele vai ser aprovado em fevereiro, março, abril ou maio e quando for aprovado será aplicado o Orçamento, sem mexer com a questão das emendas parlamentares, que estão garantidas no Orçamento Impositivo.

Então, deputado Campos Machado, a quem tanto respeitamos, não tente confundir as coisas. Basta que o presidente convoque a segunda sessão extraordinária que todos os deputados que têm os seus projetos na lista que já foram aceitos por todos os líderes, terão seus projetos contemplados, aprovados aqui normalmente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência suspende a sessão por um minuto, por conveniência da ordem.

* * *

- Suspensa às 21 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 11 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência suspende a sessão por quatro minutos.

* * *

- Suspensa às 21 horas e 11 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 22 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: discussão e votação do Projeto de lei nº 1.070, de 2017, de autoria do Sr. Governador.

Tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco.

O SR. LUIZ TURCO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, público presente, telespectadores da TV Assembleia, antes de entrar na questão do nosso projeto, quero dizer que hoje saiu uma pesquisa do IBGE que acho extremamente importante.

Temos falado de Educação praticamente todos os dias nesta tribuna e hoje saiu uma pesquisa, encomendada pelo IBGE, segundo a qual o Brasil tem 11 milhões e 800 mil pessoas analfabetas, ou seja, 7.2% da população ainda é analfabeta.

O resumo dessa pesquisa diz que, em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais no Brasil foi estimada em 7,2 por cento. Ou seja, 11 milhões e 800 mil analfabetos. Esse percentual apresentou relação direta com a faixa etária, aumentando à medida que a idade avançava, até atingir 20,4% entre as pessoas com mais de 60 anos.

A meta 9 do Plano Nacional de Educação, PNE, lei sancionada em 2014, previa a redução da taxa de analfabetismo para 6,5% em 2015 no País, o que não foi alcançado, conforme mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua em 2016, divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

A taxa de analfabetismo para as pessoas pretas ou pardas foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas em todas as regiões do país. Segundo o IBGE, o Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo, 14,8%, índice quase quatro vezes maior do que as taxas estimadas para o Sudeste, que é de 3,8%, e o Sul, 3,6 por cento. No Norte, a taxa foi 8,5%, e no Centro-Oeste, 5,7 por cento. A meta 9 do PNE para 2015 só foi atingida nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Para a analista do IBGE, Marina Águas, as políticas públicas de redução do analfabetismo devem focar as regiões Norte e Nordeste.

No País, a taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi de 7,4%, e, para as mulheres, de 7 por cento.

De acordo com a analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, Helena Oliveira Monteiro, a pesquisa mostra a continuidade das diferenças regionais e a desigualdade por cor ou raça. "Historicamente, pessoas brancas têm mais acesso à escola. Isso está associado à renda, que produz maior oportunidade de acesso ao ensino", disse a pesquisadora.

Em relação ao nível de instrução, no Brasil 51% da população de 25 anos ou mais tinham até o ensino fundamental completo ou equivalente em 2016; 26,3%, o ensino médio completo; e 15,3%, o superior completo.

Considerando a cor ou raça, as diferenças no nível de instrução são significativas: enquanto 7,3% das pessoas brancas não tinham instrução, 14,7% das pessoas pretas ou pardas estavam nesse grupo. Situação inversa ocorreu no nível superior completo: 22,2% das pessoas brancas tinham esse nível de instrução, ao passo que entre as pretas ou pardas a proporção era de 8,8 por cento.

No ano passado, o número médio de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais foi oito. As regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional, com 6,7 anos e 7,4 anos respectivamente, enquanto as regiões Sul, 8,3 anos; Centro-Oeste, 8,3 anos; e Sudeste, 8,8 anos. Situaram-se acima da média.

Essa é uma pesquisa que o IBGE divulgou hoje e foi publicada na revista "Carta Campinas" que tivemos acesso hoje no nosso gabinete. É importante debatermos esse assunto porque temos discutido na Comissão de Educação da nossa Assembleia Legislativa várias questões da Educação. Aprovamos recentemente na Comissão de Educação todo um processo, não só de convocação do secretário, porque que era obrigação dele vir aqui.

Na primeira oportunidade, chegou a vir na Casa, mas não chegou ao plenário Franco Montoro para atender a comissão e nem as pessoas que estavam lá presentes para ouvi-lo. Em uma segunda oportunidade, ele compareceu.

Nós aprovamos também, na Comissão de Educação, em função das informações que tínhamos de alunos, professores, professoras, diretores de escola, de toda a precariedade que vem ocorrendo com a situação do ensino aqui no estado de São Paulo...

Desde o aumento, da falta de aumento, como já foi debatido várias vezes aqui... Estão há três anos sem reposição salarial, mas, fundamentalmente, a situação das escolas estaduais, que estão cada vez mais caindo aos pedaços...

Eu, particularmente, depois que nós aprovamos na Comissão de Educação que faríamos visitas nas escolas estaduais aqui em São Paulo, visitei várias escolas da região do ABC, principalmente na cidade de Santo André, onde pudemos constatar, junto às diretorias, funcionários da escola, pais de alunos e alunos, com que conversamos, tivemos contato, a falta de investimento para infraestrutura, manutenção.

Pudemos observar que em várias salas de aula há infiltração de água, cadeiras quebradas, lousas em péssimo estado, problemas com a questão hidráulica, elétrica, sem contar as áreas comuns, que têm todo um problema de segurança.

Também nessas escolas estaduais falta manutenção e também várias escolas, principalmente da periferia, acabam virando pontos de droga. Então, em nossa opinião, há uma falta de profissionais especializados para atender os alunos com necessidades especiais. Esse é o problema mais grave que encontramos nas escolas estaduais.

Você tem lá salas com 30, 40 alunos, e sempre nessas salas de aula vemos pessoas com necessidades especiais, e, na maioria das vezes, a grande maioria dos professores e professoras não está preparada para dar conta desse recado. Então é todo um problema de Educação que temos aqui no Estado de São Paulo, que precisamos rever. Estamos fazendo esse debate aqui na Comissão de Educação.

Outra coisa aqui que eu queria destacar, algo que já foi bem debatido aqui, são as denúncias que saíram nesta semana em relação aos governos do PSDB. Isso já foi destacado aqui por vários deputados da nossa bancada, os acordos de leniência da Camargo Correia, da Odebrecht, que mostram que a corrupção faz parte das grandes obras dos governos do PSDB há, pelo menos, 16 anos.

Então, as declarações das empresas indicam a criação e o quartel bilionário no metrô durante as gestões tucanas. Eu queria citar um exemplo. Eu sou da região do ABC, da cidade de Santo André, tem outros deputados aqui do ABC, como companheiro Teonilio Barba, Luiz Fernando, Ana do Carmo.

Eu passei praticamente 16 anos, os últimos 16 anos, vendo todo ano deputados que fazem parte da base do governo, que são da região do ABC, fazendo propaganda, com outdoor em véspera de eleição. Inclusive deputados que passaram por esta Casa, que hoje são prefeitos da região do ABC, como, por exemplo, o prefeito de São Bernardo. Outros viraram deputados federais.

Eles faziam propagandas enormes, dizendo que o Metrô, a Linha-Bronze, ia chegar no ABC. Ficaram 16 anos enganando a população do ABC com essa história de Metrô. Eu lembro perfeitamente. Lá nós temos um consórcio intermunicipal, nós temos agência regional. Isso é debatido em conjunto com as prefeituras. Eu lembro porque participei de diversas discussões e tenho certeza de que o companheiro Barba também. São dezesseis anos ouvindo essa história: no ano que vem vai chegar o metrô, a Linha Bronze no ABC. E mais uma vez não entrou no Orçamento deste ano. O orçamento deste ano para a Linha 18-Bronze é de um milhão de reais, só que para desapropriações são 570 milhões. Isso no Metrô e também na CPTM.

Este ano, visitei todas as estações da região do ABC, de Rio Grande da Serra até São Caetano, para ver o estado das estações de trem. A estação de Rio Grande da Serra dá vergonha de ver. Chove mais dentro do que fora. Não tem um dia que o SPTV edição da manhã na fale dos problemas. É dia sim, dia não falando dos problemas nas linhas da CPTM da região do ABC. Toda semana ouvimos a mesma história. E mais uma vez o Governo do Estado mostra seu descaso com a região do ABC na questão do Metrô, que iria resolver o problema naquela região.

Hoje o trânsito está insuportável em todo lugar e no ABC não é diferente. Iria resolver um problema enorme uma vez que atenderia a cidade de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Temos de falar porque estamos discutindo o Orçamento e as contas do governador.

O SR. ENIO TATTO - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Para ajudar nesse detalhamento que V. Exa. vem fazendo a respeito do ABC, quero dizer que o hoje presidente do PT, ex-prefeito Luiz Marinho, era o presidente do Consórcio e lutou muito, trabalhou muito por essas obras. O empréstimo para as obras até o ABC chegou à Casa. Nós discutimos e aprovamos. Ajudamos o governo. Mas um governo que de 2007 a 2016 na área do Metrô e da CPTM teve 33 bilhões de empréstimo aprovado por esta Casa por todos os parlamentares - nós nunca votamos contra empréstimo - e gastou apenas oito bilhões e meio, 29,9%, mostra incapacidade de gestão. Por isso a estação da CPTM citada por V. Exa. está naquela situação. Aliás, isso se verifica em todas.

O SR. LUIZ TURCO - PT - E trens novos parados no interior de São Paulo.

O SR. ENIO TATTO - PT - Vossa Excelência tem toda razão. Aí vão falar: falta dinheiro. Não. Tinha dinheiro, o empréstimo foi aprovado, tinha crédito. O problema é que não sabe gastar. O deputado Marco Vinholi disse que o governo federal não repassava.

Ora, o BNDES não repassou o dinheiro e suspendeu o empréstimo por incapacidade do governo do Estado de São Paulo.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Por isso a bancada do PT, em função das denúncias que saíram esta semana, em função da falta de investimento nessa área, vai continuar insistindo com a CPI aqui na Casa para apurar todos esses desmandos que foram anunciados esta semana em relação à Camargo Corrêa, Odebrecht, OAS e Queiroz Galvão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Queria apenas trazer a nossa preocupação. Ontem, já falamos nesta tribuna e hoje voltamos a reiterar essa nossa preocupação. Achamos que esta Casa poderia se manifestar no sentido de exigir explicações das universidades privadas que vêm, de uma forma sistemática, demitindo seus professores, colocando em risco inclusive a qualidade de ensino.

Ontem, na Assembleia Legislativa, no Auditório Paulo Kobayashi, tivemos a presença de dezenas de professores da Universidade Metodista do ABC. Ontem, na data de ontem exatamente, quase 60 professores foram demitidos. Esta não é a única. A Universidade Presbiteriana Mackenzie demitiu 100 professores, a FMU demitiu quase 150 professores e a Estácio de Sá demitiu 1.200 professores. Portanto, eu quero trazer a este microfone, nesta comunicação, a nossa preocupação nesse sentido.

Talvez uma intervenção do secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia para que dialogue com os donos dessas universidades, que deveriam ser sabedores de que universidade e Educação não são para dar lucro. A Educação, mesmo em nível superior, é para promover a aprendizagem, é para preparar os profissionais para atuar nos mais diferentes campos do conhecimento, nas mais diferentes e diversas atividades espalhadas pelo nosso estado.

Portanto, fica aqui esse nosso lamento, essa nossa indignação e esperamos que essa sanha de demissão possa ser prontamente interrompida.

Muito obrigada por esta comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da Sessão Extraordinária a realizar-se em dez minutos.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 40 minutos.

* * *

21 DE DEZEMBRO DE 2017
71ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CAUÊ MACRIS e HÉLIO NISHIMOTO
Secretários: ANALICE FERNANDES,
ORLANDO BOLÇONE,
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO,
JUNIOR APRILLANTI, ROBERTO MASSAFERA,
WELSON GASPARINI e MARCO VINHOLI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1070/17, com nove emendas.
2 - MÁRCIA LIA
Requer verificação de presença.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Indefere o pedido, por constatação visual de quórum.
4 - MÁRCIA LIA
Requer verificação de presença.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida quando constatado quórum. Convoca reuniões extraordinárias da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se amanhã, às 10 horas, às 10 horas e 30 minutos, às 11 horas, às 11 horas e 30 minutos, às 13 horas e 30 minutos, e às 14 horas; e da Comissão de Fiscalização e Controle, amanhã, às 10 horas e 30 minutos, às 11 horas, às 11 horas e 30 minutos, às 12 horas, às 13 horas e 30 minutos e às 14 horas.